



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 243 -----

----- Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA);-----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano 2007, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto três: Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano 2007, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto quatro: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de rectificação da deliberação desta Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro de 2005: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o aumento de capital social da WRC – Web para a Região Centro – ADR, S.A."-----

----- Não compareceu à sessão e não solicitou substituição o Senhor Deputado Henrique Lameirinhas Rodrigues (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro.-----

----- Não compareceu à sessão mas solicitou substituição, nos termos do art.º 11.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aceite pela Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado Acácio Maças (PS) substituído pelo Senhor André Beja Henriques, este pelo Senhor Augusto Correia, este pelo Senhor João Paulo Santos, e este, finalmente, pelo Senhor Jaime Norte Martins.-----

----- Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia deu início ao período de antes da ordem do dia. Começou por informar a Assembleia de que o Senhor Deputado Orlando Silveira (PS), comunicou por escrito a sua renúncia ao mandato, de acordo com o art.º 12.º do RAMA. Deste modo, dando cumprimento ao estipulado nos art.ºs 13.º e 15.º assumiu o lugar vago o Senhor Acácio Maças, desde a última sessão da Assembleia (inclusivé). O Senhor Presidente continuou, informando igualmente da substituição atrás referida e aceite pela Mesa da Assembleia, tendo ele próprio verificado a identificação e legitimidade do Senhor Jaime Norte Martins.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à discussão a Acta n.º 241, da sessão ordinária do passado dia 29 de Setembro de 2006. Antes de passar à votação da mesma, informou ter alguns pedidos de rectificação, nomeadamente do Senhor Deputado Fernando Fernandes (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Arcos e também da própria



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mesa. Colocada à votação, a acta n.º 241 foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e três abstenções.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções, passando a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD).-----

----- O Senhor Deputado António Silva (PSD) referiu ter tido conhecimento da participação do Senhor Presidente da Câmara numa reunião com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, para falar da questão do encerramento das urgências do Hospital de Anadia, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre o ponto da situação dessa mesma questão. Por outro lado e, na sequência da visita do Senhor Ministro da Agricultura ao Concelho de Anadia, o qual se referiu, embora não expressamente, ao eventual encerramento da Estação Vitivinícola, o Senhor Deputado disse que o Grupo Municipal do PSD também gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara teria alguns esclarecimentos adicionais sobre tal facto, nomeadamente se estará em perspectiva o fecho ou, apenas, a sua remodelação.-----

----- De seguida, e não tendo havido mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados pelo Senhor Deputado António Silva. O Senhor Presidente da Câmara confirmou ter sido recebido pela Senhora Secretária de Estado da Saúde no dia 18 de Dezembro, imaginando que seria para obter esclarecimentos, uma vez que foi ele próprio quem solicitou a audiência. Contudo o que aconteceu foi que a própria Secretária de Estado estava interessada em comunicar algo sobre a requalificação das urgências nos Hospitais, nomeadamente no de Anadia. Nessa medida, informou a Assembleia de que a Senhora Secretária de Estado se limitou a fazer uma resenha do projecto de requalificação e reafirmar que, de acordo com o estudo, tinha sido concluída a audição pública junto das populações e das Autarquias, acrescentando ter sido nesse âmbito que aconteceu a reunião e não para reivindicar, como ele pretendia e que para isso solicitou a audiência. O Senhor Presidente da Câmara explicou que a receptividade foi óptima por parte da Senhora Secretária de Estado, mas que, no entanto, ficou com a ideia de que tudo dependia de um despacho do Senhor Ministro e que o mesmo não teria de ser consonante com o documento que foi tornado público, mas que a própria Secretária de Estado não poderia adiantar muito sobre o assunto, apenas que continuariam a ouvir as pessoas e contavam com as Autarquias para resolver este problema que consideram de interesse capital para o Governo. Para o Senhor Presidente da Câmara foram referidas muitas coisas que o desagradaram profundamente, nomeadamente os 87% indicados no relatório da Câmara Municipal como urgências e que eles não consideram como tal, acrescentando, no entanto, reconhecer que nem todos os casos são urgências, até porque os casos mais graves têm de ser encaminhados para os hospitais centrais. Continuando, referiu que todas as alegações apresentadas pela Senhora Secretária de Estado correspondem à verdade, mas acrescentou que as mesmas não retiram o direito ao Concelho de Anadia de reivindicar a necessidade das urgências do seu Hospital. Informou, também, que a Senhora Secretária de Estado lhe disse que os problemas das urgências deveriam ser resolvidos com a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Direcção Regional de Saúde e, até, as próprias Câmaras Municipais, constatando, no entanto, não lhe parecerem relevantes as observações feitas por aquela governante, o que o leva a continuar na expectativa e a aguardar pelos desenvolvimentos. O Senhor Presidente da Câmara sublinhou, entretanto, o facto de que apesar de nada estar decidido, também nada aponta o contrário, ou seja, que as urgências de Anadia venham a continuar. Falando, ainda, da reunião, informou que a Senhora Secretária de Estado insistiu muito nas unidades de saúde familiar, mas o Senhor Presidente da Câmara acrescentou que as mesmas não têm comparação possível com o Serviço Nacional de Saúde que actualmente a população desfruta, até porque não têm carácter jurídico. Por fim, quando lhe perguntou o que fazer do Hospital de Anadia, a Secretária de Estado disse que Anadia se iria orgulhar do Hospital que tem, provavelmente com um serviço diferente, do qual também não adiantou informação. Em conclusão, o Senhor Presidente da Câmara referiu notar, realmente, alguma dificuldade porque dizem que as urgências serão encerradas mas não são apontados caminhos. Na sua opinião, Anadia deverá aguardar pela indicação desses caminhos, considerando não valer a pena discutir o assunto mas sim estar atentos porque a teimosia do Ministro mantém-se. Terminando as explicações sobre o assunto, referiu que quando falou na requalificação do Hospital de Anadia, para além das próprias urgências, a Senhora Secretária de Estado informou-o de que a opção do Governo não é política é, sim, pela melhoria da qualidade dos serviços, acrescentando que não irá criar serviços de recurso, porque o Estado não vive uma situação financeira que o permita, que permita criar um Hospital de vanguarda em Anadia. Passando a falar do possível encerramento da Estação Vitivinícola, lembrou o que todos ouviram, aquando da visita do Senhor Ministro da Agricultura ao concelho, que o Governo daria um mês para serem apresentadas alternativas à Estação Vitivinícola. O Senhor Presidente da Câmara disse que, tratando-se de uma instituição pública, que pertence ao Estado, considera caricato ter que ser a Câmara a apresentar alternativas quando é uma instituição dependente do Ministério da Agricultura. Em sua opinião, deve ser o Governo a apresentá-las, pelo que só lhe resta aguardar que a tutela encontre uma saída e que a mesma não passe pelo encerramento da Estação Vitivinícola da Bairrada. Para terminar, referiu que Anadia não pretende perder aquela instituição, sinal de desenvolvimento no sector vinícola e da vinha, e que a Câmara irá, com toda a certeza, lutar pela sua manutenção, aguardando, entretanto, a resolução da questão.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado João Morais (CDU), que interveio para falar sobre a situação do Hospital de Anadia, no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara e porque, em sua opinião, a resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara é insatisfatória e pouco benéfica para os munícipes do Concelho de Anadia. Relembrando as promessas feitas em campanha eleitoral relativamente à melhoria no sector da saúde, considerou que o Senhor Presidente da Câmara deveria ter sido mais obstinado com a Senhora Secretária de Estado da Saúde, no sentido de tentar obter dados mais reais sobre a situação do Hospital, porque infelizmente, e na opinião da CDU, o seu destino já está traçado. Referiu, também, que a CDU pensa que, com o apoio do Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara e dos Senhores Vereadores e Deputados Municipais, a população deveria ser mobilizada para, numa acção de força pública, o concelho demonstrar ao Senhor Ministro da Saúde que Anadia não está minimamente de acordo com toda a situação. Acrescentou que não se podem cruzar os braços, dando o exemplo positivo da Câmara Municipal de Estarreja, por se tratar de um assunto muito sério para todos que assumiram responsabilidades eleitorais em servir melhor os munícipes do concelho. Na sequência, apresentou à Mesa uma moção subscrita unicamente por ele próprio, que se encontra arquivada junto ao livro de actas, propondo que a mesma fosse aprovada por todos os Grupos Municipais, como uma tomada de posição firme em defesa do Hospital de Anadia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia lido de imediato a moção apresentada.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia retomou o período de intervenções, passando a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, o qual interveio apenas para informar o Senhor Presidente e toda a Assembleia de que, relativamente à situação exposta pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), se for necessário um número de presenças físicas, a Freguesia de Avelãs de Cima facilmente o mobilizará.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que começou por desejar a todos Boas Festas. Relativamente aos temas abordados no período de antes da ordem do dia, referiu que gostaria de reafirmar a posição do PS contra o encerramento do serviço de urgência do Hospital de Anadia, assim como contra a hipótese de um encerramento da Estação Vitivinícola. Informou, também, a Assembleia de todas as iniciativas do PS quanto às urgências do Hospital de Anadia, reforçando o facto de terem feito o máximo e tudo o que estava ao alcance do PS na defesa do Hospital de Anadia. Esclarecida a posição do PS quanto à questão do Hospital de Anadia, o Senhor Deputado acrescentou que outra coisa são as moções que possam ser apresentadas na Assembleia baseadas em notícias, hipóteses e especulações, informando que a posição do PS é contrária em alinhar na subscrição dessas moções porque pretendem ter, apenas, um efeito político, fazer "show off", pelo que o PS não apoiará moções baseadas em especulações, relembrando as palavras do Senhor Presidente da Câmara sobre as urgências, de que a sua reunião com a Senhora Secretária de Estado da Saúde teria sido inconclusiva. Continuou reportando-se à visita do Senhor Ministro da Agricultura, referindo que o que pode ser dito é que a mesma é, igualmente, inconclusiva quanto ao destino da Estação Vitivinícola da Bairrada e, portanto, afirmou que o Grupo Municipal do PS não alinhará em moções de censura que se baseiem em notícias incompletas ou especulativas.-----

----- No seguimento o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que começou por dizer ser lamentável o que se está a passar em relação ao serviço de urgências do Hospital de Anadia. Relembrou uma reunião havida, em que participaram o Senhor Presidente da Câmara, o Executivo da Junta de Freguesia de Sangalhos e o Director do Centro de Saúde de Sangalhos, aquando do possível encerramento do SAP de Sangalhos, na qual o Director do Centro de Saúde



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ihes transmitiu, na sequência de uma reunião que tinha tido com o Director da Administração Regional de Saúde do Centro, a deliberação que tinha sido tomada sobre o encerramento do SAP de Sangalhos, em que era assegurado que o primeiro apoio seria sempre o das urgências do Hospital de Anadia. Perante esse facto, o Senhor Deputado explicou que tinham ficado menos preocupados. Contudo, referiu que a demagogia do actual Governo continua porque mente e, nomeadamente a Sangalhos mentiu, quando nas várias reuniões que precederam o desfecho do SAP de Sangalhos, foi dito que o serviço ia melhorar com a chamada consulta aberta e com o apoio das urgências do Hospital de Anadia. O Senhor Deputado declarou, então, que se nada for feito por todos os munícipes e políticos do Concelho de Anadia, o Hospital de Anadia irá mesmo encerrar, ainda que o Senhor Presidente da Câmara tenha colocado algumas reticências, o que é de lamentar por se tratar de uma unidade hospitalar que possui das melhores condições no país, tendo, inclusivamente, sido considerado de nível um. E, perante tal facto, o Senhor Deputado constatou tratar-se, simplesmente, do Governo a fazer política, porque o Hospital de Águeda não tem condições e vai continuar aberto, deixando no ar a pergunta, "será que é por Águeda ser de governação PS?" Antes de terminar a sua intervenção, demonstrou a falta de confiança nas práticas do Governo, uma questão que diz preocupar deveras a população do Concelho de Anadia, tendo em conta que só 8% das urgências é que vão para Coimbra e que 62% das verdadeiras urgências são tratadas em Anadia, o que o leva a questionar o que irá acontecer quando o Hospital fechar. Para tentar evitar esse possível desfecho, sugere que todos se unam, colocando de parte questões partidárias, para que, efectivamente, as urgências de Anadia não encerrem.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira (PS) para intervir, que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, citou um politico que dizia "*ninguém deve ter razão antes do tempo*". No seguimento da citação, o Senhor Deputado constatou ser evidente que o PS se preocupa com todos os problemas discutidos na Assembleia, como já tinha sido demonstrado, contudo, considera que continuam a falar sobre meras hipóteses. Relativamente à afirmação do Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), de que o Hospital de Anadia iria encerrar, referiu que o que poderia acontecer seria o encerramento de uma valência ou a modificação de um serviço, não o encerramento do Hospital. Referiu, ainda, que dessa mutação poderá resultar qualidade de serviços para o Concelho de Anadia, porque é necessário evoluir, quer seja na saúde ou em quaisquer outros serviços, pelo que presume que o que poderá estar reservado para o Hospital de Anadia seja uma melhoria, uma proximidade com as realidades actuais, até porque o Senhor Presidente da Câmara irá visitar o novo modelo no país vizinho, na Andaluzia, na companhia do Senhor Ministro da Saúde. Em conclusão, reforçou que a posição do PS, amplamente manifestada, é de que não embandeiram por meras hipóteses.-----

----- Para exercer o direito de resposta, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que disse que quando se pronunciou quanto ao encerramento do hospital se queria referir ao encerramento das urgências do Hospital de Anadia. Em complemento, disse que o encerramento dessas urgências é um passo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para o encerramento de muitas extensões de saúde, acrescentando ser mais um motivo para se preocupar porque implicará, também, o encerramento da extensão de saúde de Sangalhos. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Daniel Meira (PS), referiu que a prepotência do Governo não inspira qualquer confiança e que as incertezas, os “ses” também não contribuem para essa confiança, pelo que não vê onde reside a dúvida de que as urgências irão mesmo encerrar, quando os factos falam por si.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que começou por dizer que lhe parece que o assunto do Hospital de Anadia tem sido discutido em Assembleia há cinco meses a esta parte, mas que nenhum dos seus membros sabe o que irá de facto acontecer. Falando dos casos de Anadia e Cantanhede, instalações que visitou recentemente, referiu que a média anual das urgências a partir da meia noite é de quatro pessoas, sendo que 30% dessas pessoas vão embriagadas e os restantes vão pedir atestados para não trabalhar no dia seguinte. Entretanto, têm uma equipa, por trás, de vinte e seis pessoas, para dar apoio a essas quatro pessoas. Na opinião do Senhor Deputado, esses são os dados importantes, pelo que considera que se deve aguardar pelos resultados do sistema que será implementado para, depois, ser tomada uma atitude. Concluiu, referindo não concordar com a moção da CDU em fazer vigílias.-----

----- Concluída esta intervenção, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que em resposta ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), referiu que não deve ser feita política com a questão do Hospital, fazendo uma pequena resenha dos direitos dos cidadãos e do desenvolvimento que o sistema de saúde sofreu desde os tempos que antecederam o 25 de Abril, destacando a inconstitucionalidade das taxas moderadoras impostas pelo Governo PS, em que o Dr. Mário Soares era Primeiro Ministro, Governo esse que impôs uma revisão para que o Serviço Nacional de Saúde passasse a ser tangencialmente gratuito. Por isso, lembrou que quando o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) disse não alinhar em moções de censura, na defesa da população do concelho de Anadia, será porque, com certeza, não irá às urgências dos Hospitais, uma vez que terá capacidade financeira para ir a Clínicas Privadas. No entanto, adiantou, que nem todos terão essas possibilidades, porque muitos idosos nem sequer têm reformas pelo que, é nesse sentido, que a CDU defende a manutenção do serviço de urgências em Anadia, para que os idosos possam ser servidos gratuitamente. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Daniel Meira (PS), lembrou que quando foi do caso SAP de Sangalhos, foi dito pelo Grupo Municipal do PS e pelo Senhor Deputado, que tudo o que era apontado pela comunicação social seria mentira, tratando-se de um mero estudo. Continuando, recordou que o que se veio a verificar foi a redução do horário e a perda de um serviço, que servia não só a Freguesia de Sangalhos, como também Amoreira da Gândara, Avelãs de Caminho e Ancas e, aos fins-de-semana, outras localidades. Respondendo ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), referiu considerar uma mentira a informação de que a maioria das urgências do Hospital, a partir da meia-noite, são casos de embriaguez, porque isso traria desacatos, os quais seriam divulgados pela comunicação social. Relativamente ao facto da discussão do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema durar há cinco meses, como o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) também referiu, considera que o próprio Governo adia a decisão do problema para que as pessoas não se mobilizem e se desliguem de uma questão tão importante para o Concelho de Anadia.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para exercer o direito de resposta. Dirigindo-se ao Senhor Deputado João Morais (CDU), referiu considerar que o mesmo se excedeu na sua intervenção, quando falou de questões pessoais, nomeadamente das suas finanças e da frequência às urgências, considerando que se deve limitar a argumentar de um ponto de vista político, aconselhando-o a não enveredar por considerações pessoais. A propósito da intervenção do Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), quando referiu que o Governo trata Anadia de forma desigual, lembrando que o Governo está a investir na Freguesia do Senhor Deputado, com a construção da Pista de Ciclismo de Sangalhos, um projecto que o PS considera interessante, desde que a ideia venha a ser bem concretizada, bem realizada e, depois, muito bem aproveitada, o que significa que o Concelho não está assim tão esquecido como o Senhor Deputado referiu.-----

----- Concluída esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Morais (PSD), que iniciou afirmando que, efectivamente, a unidade de saúde de Sangalhos encerrou a sua urgência e quando, na altura, se apresentou uma moção sobre essa questão, o Grupo Municipal do PS remeteu-se ao silêncio. Considera que, aquando da realização de uma reunião na Administração Regional de Saúde, na qual esteve presente o Director do Centro de Saúde de Sangalhos, também deveriam ter estado presentes representantes do Município e da Junta de Freguesia, que representam o interesse da Freguesia de Sangalhos. Referiu também, ter tido conhecimento da realização de uma reunião com os elementos distritais do PS, pelo que gostaria de saber o que se lá passou, porque o que é facto é que Sangalhos está sem SAP. Na opinião do Senhor Deputado, os membros do PS deveriam ter tomado uma posição bem mais firme, em defesa dos interesses do Concelho, da Freguesia e, sobretudo, dos utentes do Centro de Saúde de Sangalhos.-----

----- De seguida, para exercer o direito de resposta foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que na sequência das palavras do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), referiu, que a Assembleia é o local próprio para discutir os problemas do concelho e também, em alguns casos os problemas do país. Terminou, referindo que quando se tem um direito é adquirido, ninguém o quer perder e o mesmo tem de ser respeitado.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), que na sequência da discussão sobre os serviços de saúde, referiu lamentar o facto de qualquer idoso que queira ir às urgências de Sangalhos a pé, ter de passar a deslocar-se a Coimbra, também a pé, por não ter outras condições, colocando, assim, sérias dúvidas de que um dos valores que considera mais importantes para a preservação da espécie humana, o valor da vida, esteja a ser defendido. Referindo-se ao tempo referenciado no relatório do Governo para uma deslocação ao Hospital de Coimbra, considera que o mesmo é



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

insuficiente, para além de pensar que muitos casos poderiam ser resolvidos em Anadia. Desta forma, considera, acima de tudo, haver um desrespeito pela vida e pelo seu valor, pelos idosos, pelas pessoas que não têm condições para se deslocar, situação deveras preocupante na sua perspectiva. O Senhor Deputado referiu, ainda, que perante todos os factos, o que se prevê não é o encerramento das urgências do Hospital de Anadia, mas do próprio hospital público, a julgar pela intenção do Governo em transformar as unidades públicas em privadas, quer seja na educação, na saúde, ou outras, atitude que também o preocupa bastante, porque a esmagadora maioria das pessoas, não têm condições financeiras, sequer para pagar um hospital público. Relativamente à questão do modelo revolucionário de serviço de saúde a visitar em Espanha, o Senhor Deputado referiu não se opor a tal mas deixou no ar a dúvida se seria um modelo semelhante ao que o Governo procurou nos países nórdicos para a Educação e que nunca chegou a implementar porque percebeu que seria muito dispendioso. Desta forma, considera que estas deveriam ser as questões a discutir em Assembleia, por se tratar de questões de interesse para o Concelho e para o futuro dos Municípios de Anadia, acrescentando que o PS é o defensor do estado social, o que quer dizer que deve estar ao lado das pessoas para as apoiar no que é necessário.-----

----- Concluídas as várias intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Daniel Meira (PS), o Senhor Presidente da Câmara referiu estar preocupado com a situação do Hospital de Anadia, ao contrário do que o Senhor Deputado disse, mas, acima de tudo, referiu estar na expectativa para ver o que vai acontecer, na medida em que existe uma grande indefinição por parte do Governo. Especificando, mencionou o facto da Senhora Secretária de Estado lhe ter dito que o Hospital de Anadia estaria a trabalhar ilegalmente, algo que o desagradou bastante, explicando que o Hospital para ter serviço de urgência a funcionar tem de ter médicos da carreira hospitalar, o que não acontece, mas que também não acontece em muitos outros hospitais, acrescentou. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara referiu que perante tais informações, percebeu que o problema teria por base motivos técnicos e financeiros e não, propriamente, motivos políticos, o que poderá levar a que o Hospital deixe efectivamente de ser de Anadia, passando para a gestão de uma grande empresa. No seguimento, disse também não compreender a dualidade de critérios patente no que se refere ao Hospital de Anadia e ao Hospital de Águeda, quando, é do conhecimento geral, a diferença nas condições físicas de ambos, destacando as excelentes instalações do Hospital de Anadia, aliadas ao facto do mesmo estar certificado pelo "Kings Found", prestigiada empresa de certificação hospitalar internacional. No entanto, questiona o motivo porque todos os técnicos do Hospital de Anadia tenham o curso de suporte avançado de vida, exigido para o funcionamento mínimo de qualidade, de acordo com a informação prestada pela Senhora Secretária de Estado, quando os técnicos do Hospital de Águeda, só depois desta evolução foram, apressadamente, frequentar o mencionado curso. Perante estes factos, o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara referiu estar, efectivamente, preocupado, considerando, no entanto, não haver muito mais a discutir sobre o assunto. Informou, no entanto, que relativamente às unidades de saúde familiar, os médicos da Região Centro são os que mais recusam este tipo de modelo, também de acordo com a informação prestada pela Senhora Secretária de Estado, prevendo, o Estado, que até ao final do próximo ano existam 150 dessas unidades no País. Acrescentou, ainda, que pensa que a atitude mais correcta é estar com atenção ao desenrolar do processo porque, segundo a Senhora Secretária de Estado, o despacho não seria exactamente o que está no documento, com a certeza, porém, de que as urgências não se farão no Hospital de Anadia. Entretanto, reforça a ideia de que se trata de um problema que preocupa a Câmara de Anadia, deixando o alerta a toda a Assembleia de que considera tratar-se de uma razão para ir adormecendo as populações. Referindo tratar-se de um processo longo e demorado, baseado na informação prestada, do qual resultará o encerramento das urgências, considerou que o Governo também deveria dar a conhecer a alternativa para a situação. Falando da visita a Espanha com o Senhor Ministro da Saúde, esclareceu que até poderá ver um Hospital muito rico, mas acrescentou que o mesmo pode não ser importante para o Concelho de Anadia. Para concluir, o Senhor Presidente da Câmara fez um apelo à Assembleia para que todos os Deputados Municipais tomem as medidas que entendam eficazes e que gerem consenso na defesa do Hospital de Anadia, ou seja, para que todos lutem pelo Hospital de Anadia.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia iniciou uma nova ronda de intervenções para os Senhores Deputados Municipais, tendo dado a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que começou por se dirigir ao Senhor Deputado João Morais (CDU), esclarecendo que os dados que apresentou lhe foram fornecidos pelo próprio Hospital. Passando a um outro tema, já abordado em Assembleia, falou de uma rua em Tamengos que fica completamente alagada aquando das chuvas e que, após visita ao local, acompanhado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tamengos, o mesmo lhe terá dito que a responsabilidade seria da Câmara Municipal. Face ao exposto, o Senhor Deputado questionou, na sequência de um acidente ocorrido no local, a quem o proprietário do veículo acidentado deveria imputar responsabilidades. Continuando, o Senhor Deputado alertou o Executivo para a falta de iluminação na rua que dá acesso ao Campo de Golfe da Curia, situação agravada pelo facto de na mesma habitarem pessoas deficientes. Falando, ainda, de ruas, referiu-se a uma outra rua que deixou de ter duplo acesso, tendo sido cortada por uma construção implantada a meio da mesma, tendo solicitado esclarecimentos ao Executivo sobre a situação. Falou, também, da rotunda da Malaposta, para a qual, na altura, sugeriu uma decoração alusiva ao espumante, com a plantação de uma vinha. Relembrou ter obtido, para o efeito, e por parte do Senhor Presidente de Câmara, a resposta de que a Rotunda seria da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas, acrescentando que na Mealhada estão precisamente a implantar o que terá sugerido para ser feito na Malaposta. Para concluir, e referindo-se à Pista de Sangalhos disse tratar-se de uma obra excepcional, considerando, no entanto, que a mesma deveria fazer



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da cidade desportiva que está a ser desenvolvida, e muito bem, na sua opinião, em Anadia.-----

----- Concluída esta intervenção, o Senhor Presidente Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Rosmaninho da Fonseca (PSD), que realçou alguma contradição verificada nas intervenções dos membros do PS, quando, por um lado, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) refere ter esgotado todas as diligências para tentar evitar o encerramento das Urgências do Hospital de Anadia e o Senhor Deputado Daniel Meira (PS), por outro lado, diz que deve ser ouvida, primeiro, a decisão do Governo e depois, então, dar lugar à discussão.-----

----- De seguida, interveio a Senhora Deputada Áurea Mendes (PS) para prestar alguns esclarecimentos, na sua qualidade de profissional de saúde, relativamente aos SAP - Serviços de Atendimento Permanente, nomeadamente quanto ao facto de os mesmos nunca terem estado apetrechados para funcionar como urgência, mas como consulta de reforço, como uma primeira intervenção clínica de apoio à urgência, por não terem o equipamento necessário para funcionar como urgência. Continuando, explicou que os pacientes são, depois, encaminhados para a especialidade, no Hospital de Anadia, mas como este não tem especialidades a funcionar na urgência, ao contrário do Hospital de Águeda que tem as diversas especialidades a funcionar em urgência, terá de ser, então, encaminhados para outro Hospital. Por este motivo, a Senhora Deputada referiu ser importante constatar que, ainda que o Hospital de Anadia tenha boas condições físicas, a parte do quadro clínico não funciona convenientemente, pelo que considera que o que deve ser indagado é a razão que levou a Direcção a investir nas condições físicas do Hospital e não no quadro clínico, porque esse é o que mais interessa às populações. Afirmou ser contra o encerramento do Serviço de Urgências do Hospital de Anadia, acrescentando, no entanto, que a maior parte das urgências do mesmo é encaminhada para Coimbra. Para concluir, referiu, ser de opinião que o Serviço de Consulta Aberta em Sangalhos resolve a situação anteriormente exposta, sendo que o que aconteceu foi, apenas, a redução de horário no SAP de Sangalhos, continuando o serviço a funcionar da mesma forma.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que na sequência da intervenção da Senhora Deputada Áurea Mendes (PS), referiu depreender, das palavras da Senhora Deputada, que Anadia é o único Concelho em que nada está bem, o que o leva a não compreender como a Senhora Deputada defende uma situação que não tem defesa possível porque, segundo a mesma, tudo se manterá igual. Continuando, referiu que apesar de não ter argumentos técnicos para discutir com uma médica os benefícios da situação, uma certeza tem, a de que a acontecer, será uma perda irreparável. Acrescentou, no entanto, que se a Senhora Deputada sabe que tudo se manterá na mesma, então não haverá necessidade de discutir a questão porque, independentemente do nome, o que ele considera importante é a manutenção do serviço de urgência. Para concluir, referiu não aceitar aquele tipo de declarações da parte de uma médica de Anadia.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia de que foram presentes à Mesa um voto de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

protesto e uma moção, ambos do Grupo Municipal do PSD, os quais se encontram arquivados junto ao livro de actas, sendo que o voto de protesto é relativo à aprovação da proposta de lei sobre finanças locais e a moção contra o encerramento da Estação Vitivinícola da Bairrada.-----

----- Lidos o voto de protesto e a moção, pelo Senhor Presidente da Assembleia e pela Primeira Secretária, respectivamente, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Morais (PSD), que na sequência da intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) sobre a Pista de Ciclismo de Sangalhos, referiu que gostaria, apenas, de lembrar que Sangalhos é a capital do ciclismo não só a nível do Concelho como, também, a nível nacional, aproveitando para questionar porque razão, na mesma ordem de ideias do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Campo de Golfe da Curia não é deslocalizado para Anadia?-----

----- De imediato, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado António Duarte (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, que partilhou, com a Assembleia, uma experiência particular, da qual sobreviveu graças à existência do Serviço de Urgências em Anadia, deixando no ar uma reflexão sobre o que poderá dizer às pessoas de Parada e Algeriz, que demoram quarenta minutos a chegar à Anadia, mais o tempo que vão demorar a chegar a Coimbra ou a Aveiro, perante a possibilidade de encerramento do Serviço de Urgências do Hospital de Anadia.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, de seguida, a palavra à Senhora Deputada Anabela Santos (PSD), para intervir, no seguimento das declarações feitas pela Senhora Deputada Áurea Mendes (PS), referindo que, ainda que Águeda tenha todas as especialidades e Anadia não, tal não significa melhor qualidade no atendimento por parte dos médicos especialistas, dando o exemplo de uma situação passada com uma criança em Águeda.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), também no seguimento da intervenção da Senhora Deputada Áurea Mendes (PS), que referiu que da intervenção desta Senhora Deputada se poderia retirar que, afinal, o encerramento das Urgências tem por base um problema económico, porque se na realidade o Hospital de Anadia não tem condições humanas e de material, o Senhor Deputado pensa que o que deveria ser feito era equipar o Hospital de Anadia e não encerrá-lo. Solicitou ainda, aos Deputados Municipais do PS e aos Vereadores do PS para tudo fazerem no sentido de conseguir encaminhar os doentes de Anadia para o Hospital de Águeda, tendo em conta tratar-se de um Hospital com tão boas condições, como foi referido pela Senhora Deputada, o que facilitaria a deslocação por ser mais perto. Constatando o facto de que Anadia iria ficar sem serviços de saúde, o Senhor Deputado afirmou que quando algo de grave acontecer, irá pedir responsabilidades, em sede própria, aos Senhores Deputados e Vereadores do PS, porque estes estão empenhados com as transformações impostas pelo Governo, esquecendo-se do essencial do país, as pessoas.-----

----- A partir deste momento o período de antes da ordem do dia foi prorrogado por mais trinta minutos, por decisão da Mesa, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 34.º do RAMA.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento de várias intervenções, foi dada a palavra à Senhora Deputada Áurea Mendes (PS) para exercer o direito de resposta, tendo iniciado por responder à Senhora Deputada Anabela Santos (PSD). Informou que a Urgência de Anadia é assegurada pela especialidade de Medicina Geral e Familiar, havendo necessidade de apoio por parte de outras especialidades, pelo que considera natural que o quadro clínico do Hospital de Anadia tivesse, pelo menos, um cardiologista e um ortopedista a tempo inteiro. Acrescentou, ainda, que o quadro clínico é aprovado pela Direcção do Hospital, sendo que nada tem que ver com o PS ou o PSD, porque tem sido mantido com os diferentes Governos, ainda que tenham sido afastados alguns internistas. Para a Senhora Deputada a questão reside no facto de a Direcção se ter interessado em fazer obra e não em pagar aos médicos que ali trabalhavam. Para terminar, reforçou a ideia de que é a favor da permanência do serviço de Urgência no Hospital de Anadia.-

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que referiu que, de acordo com as palavras do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), Anadia pode estar descansada pois as Urgências do Hospital não serão encerradas e, para compensar o encerramento do SAP de Sangalhos, será construída a Pista de Ciclismo de Sangalhos, situações decorrentes da sensibilização do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) junto dos Ministros respectivos. O Senhor Deputado destacou, também, a coerência política dos membros do PS, quando dizem ser contra o encerramento das urgências do Hospital de Anadia mas, também, contra qualquer moção para o efeito, acrescentando não compreender porque não subscrevem uma afirmação que só proferem verbalmente. Na opinião do Senhor Deputado, os membros do PS apenas querem que conste na comunicação social local e não conseguem ter a coragem política de, junto do Governo, afirmar que consideram uma medida incorrecta, subscrevendo a moção porque a mesma corresponde aos anseios da população. Para terminar, apelou ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para que continue a sensibilizar o Senhor Ministro para que não encerre as urgências do Hospital de Anadia, porque a acontecer, em sua opinião, a posição do PS não ficará muito bem vista no Concelho de Anadia e limítrofes.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que começou por referir que, para o PS, Anadia é um equívoco, para onde nada é trazido de novo e de onde são, ainda, retirados serviços, numa clara atitude de falta de respeito pelos cidadãos. O Senhor Deputado destacou o que considera ser um valor muito importante, o respeito pela condição da vida humana, referindo que o mesmo não é tido em consideração pelo PS de Anadia, na medida em que concorda com uma decisão do Governo, sabendo que a mesma prejudica os munícipes do concelho. No entanto, considera que se os serviços estão mal, o PS deveria assumir a situação e encerrá-los.-----

----- Concluída esta intervenção, tomou a palavra o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para exercer o direito de resposta. O Senhor Deputado referiu, na sequência das intervenções dos Senhores Deputados do PSD, que os mesmos não têm direito de se arrogarem que têm mais amor à vida do que os Deputados do PS e que são mais a favor do Concelho de Anadia do que o PS. Voltou a dizer que o PS levou a cabo uma série de iniciativas a favor do Hospital de Anadia e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da manutenção do seu serviço de urgências ou, pelo menos, contra um encerramento simples que não tenha alternativas que envolvam alguma melhoria de qualidade, acrescentando que o PS é mais pelo Hospital do que o PSD.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira (PS), também para exercer o direito de resposta. O Senhor Deputado começou por destacar o facto, evidente na sua opinião, de que o PS é contra o encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia, assim como também é contra o encerramento da Estação Vitivinícola de Anadia. Relativamente às moções, considera que as mesmas se dispersam do essencial, sendo que o PS não partilha do que é acessório. Referindo-se à intervenção da Senhora Deputada Áurea Mendes (PS), o Senhor Deputado disse reiterar a mesma, nomeadamente quanto à questão da não existência de médicos especializados no quadro clínico do Hospital, questão essa que será da responsabilidade dos sucessivos Governos mas, muito, da Administração do Hospital, a qual nunca teve como estratégia essa contratação. Esclareceu, ainda, tratar-se de uma estratégia que não resultou porque tem, apenas, um espaço onde se administra saúde, em detrimento de um quadro clínico especializado que permita uma análise mais consentânea com as realidades actuais. Para concluir, reforçou, novamente, a ideia de que o Grupo Parlamentar do PS é contra o encerramento das Urgências do Hospital de Anadia.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para exercer o direito de resposta. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal, (PS) referiu não duvidar das suas palavras, acrescentando, no entanto, que a interpretação e as conclusões políticas a retirar das mesmas é que podem ser diferente. Relativamente à afirmação, de que o PS terá feito mais do que o PSD em defesa do Hospital, o Senhor Deputado António Silva (PSD) solicitou informação demonstrativa de tal facto. Quanto à afirmação da Senhora Deputada Áurea Mendes (PS), de que existe falta de quadros técnicos especializados no Hospital de Anadia, o Senhor Deputado interroga porque motivo a tutela não cria esses quadros, questionando, também, o que terá sido feito pelos membros do PS para ajudar a criar os referidos quadros técnicos.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que dirigindo-se ao Senhor Deputado Daniel Meira (PS), referiu, primeiro, que as pessoas são conhecidas por duas realidades, pelas obras que realizam e pelos ideais que defendem, tendo sugerido ao Senhor Deputado que o próprio PS apresente uma moção contra o encerramento das Urgências do Hospital de Anadia, que não inclua ilações políticas a retirar, que o PSD terá todo o gosto em apreciá-la.-----

----- Para voltar a exercer o direito de resposta, foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira (PS), para referir que quando o PS diz ser contra o encerramento do Serviço de Urgências, só não vota as moções porque das mesmas fazem parte outros assuntos que não são partilhados pelo PS. Acrescentou, no entanto, que no caso de aparecer qualquer outra moção que não tenha delongas e variantes políticas, que a mesma terá, naturalmente, o voto favorável do PS. Relativamente ao Quadro Clínico do Hospital e, dirigindo-se ao Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado António Silva (PSD), informou não ser um assunto da responsabilidade da tutela mas sim da Administração, concluindo que a Administração do Hospital de Anadia não propôs a contratação de especialidades necessárias para o funcionamento de alguns serviços, situação que não se passou em Águeda.-----

----- Exercido o direito de resposta pelo Senhor Deputado Daniel Meira (PS), o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que na sequência da notícia veiculada na comunicação social de que as escolas com vinte alunos iriam encerrar, o que considera uma situação muito grave para o Concelho de Anadia, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a Carta Educativa estaria a ser elaborada. Referiu, ainda, que gostaria de aproveitar a oportunidade para pedir desculpas ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) pelas palavras que proferiu aquando do seu exercício do direito de resposta, ainda que considere não terem sido assim tão gravosas.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou o Plenário de que antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, iria conceder, um minuto ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para exercer o direito de resposta, apesar do Grupo Municipal do PSD já ter esgotado o seu tempo, mas que o fazia extraordinariamente, visto que este foi precisamente o tempo utilizado a mais pelo Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado António Silva (PSD), respondendo directamente ao Senhor Deputado Daniel Meira (PS), referiu que, sendo evidente que os conselhos de administração estabeleçam os quadros clínicos, os mesmos são nomeados pelo Governo, pelo que se conclui que o resultado é igual.-----

----- Para encerrar o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por referir não compreender como podem alguns Deputados da Assembleia estar contra o Director do Hospital, quando ele foi nomeado pelos sucessivos Governos e, principalmente, quando o mesmo não está presente para se defender. Referiu, também, preocupá-lo o facto de na Secretaria de Estado lhe ter sido dito que se não encerrarem as urgências, o Hospital de Anadia, como está, não durará mais de dois anos, o que o leva a perguntar que, se estando como está não duraria mais de dois anos, segundo o que lhe disseram, que resposta dariam a um Director que lhes fosse pedir quadros especializados para o Hospital. Rematou, no entanto, dizendo que, tratando-se, efectivamente, de um problema financeiro e não político, deve ser o Governo a esclarece-lo, porque se fala de um problema de saúde e que afecta, principalmente, as pessoas. Em resposta ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), informou que, tratando-se de ruas municipais, qualquer acidente que aconteça, desde que haja responsabilidade por parte de quem exerce a tutela das mesmas, deve assumi-la, acrescentando que, no caso exposto, é do Município de Anadia. Quanto à questão da rotunda da Malaposta, esclareceu que o que disse na altura foi que a Câmara teria de propor o projecto a implantar às Estradas de Portugal, por ser a entidade que tutela o espaço. Relativamente ao assunto abordado sobre a Pista de Ciclismo de Sangalhos, o Senhor Presidente da Câmara referiu, apenas, tratar-se de uma grande obra, reconhecendo que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deve ser feita justiça a quem, superiormente, apoiou o projecto da Câmara, e a quem deve ser dado o devido mérito, na medida em que será uma obra que não é só para Anadia, é para a região e, num âmbito mais alargado, para o País. Respondendo ao Senhor Deputado João Morais (CDS-PP), informou-o de que a Carta Educativa foi adjudicada e estará pronta em Maio, explicando os motivos porque não ficou concluída mais cedo e os motivos da urgência por parte do Governo, nomeadamente o facto de querer estudar o número de escolas a encerrar.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia informou o Plenário ter dado entrada um requerimento do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que admitiu e que está em conformidade com os termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 20.º do RAMA, o qual passou a ler e se encontra arquivado junto ao livro de actas.---

----- Entretanto, antes de passar à votação das moções e, a solicitação do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de cinco minutos para os Grupos Municipais poderem fazer uma análise conclusiva das moções e do voto de protesto.-----

----- Retomada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou aos subscritores das moções se o teor das mesmas se mantinha, dando, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para intervir. O Senhor Deputado, relativamente à moção da CDU e, na sequência de solicitação efectuada por parte de um Deputado Municipal, informou o Senhor Presidente da Assembleia e a Assembleia de que, retiraria da moção a convocatória para a realização de uma vigília, no dia treze de Janeiro de dois mil e sete, bem como a publicação da moção na imprensa. O Senhor Presidente da Assembleia fez, então, o ponto da situação, informando terem sido retirados os pontos dois e quatro da moção, ficando a mesma só com dois pontos, após o que passou para a votação das moções, começando pela da CDU, já com as devidas alterações. Concluída a primeira votação, a moção apresentada pelo Senhor Deputado João Morais (CDU) foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e oito abstenções.--

----- No seguimento da votação, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para fazer uma declaração de voto oral, a qual se transcreve na íntegra: *"Nós, na reflexão que fizemos, com os dados que conhecíamos, vínhamos com uma posição que era de votar contra. No entanto, fomos confrontados, agora já aqui, em plena votação, com alterações que, de facto, eram os pontos mais negativos que víamos nesta moção e, portanto, alterámos a nossa posição em termos de abstenção que também não havia, enfim, já tínhamos esgotado a nossa reflexão e essa a razão, verificámos com agrado que foram retirados esses pontos principais, essa a razão, portanto, da nossa abstenção"*.-----

----- Também para fazer uma declaração de voto oral, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), a qual se transcreve na íntegra: *"Votei favoravelmente esta moção, porquanto ela limita-se a pronunciar quanto à manutenção do serviço de urgências do Hospital de Anadia e congratulo-me, também, com a posição do PS, que já evoluiu para a abstenção, presumindo que numa terceira seja favorável"*.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma outra declaração de voto oral, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), a qual se transcreve integralmente: *"O CDS absteve-se e congratula-se pelo facto de terem sido retirados estes pontos da moção, que considerou importante"*.-----

----- Findas as declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação do voto de protesto relativo à aprovação da Proposta de Lei sobre Finanças Locais, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor, duas abstenções e seis votos contra. Deu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para fazer uma declaração de voto oral que se transcreve: *"Nós votámos contra, aliás, na anterior Assembleia Municipal, a respeito do mesmo tema, já tínhamos tomado idêntica posição, porque consideramos que os considerandos desta moção, ou deste voto de protesto, são incorrectos, do nosso ponto de vista, é ao contrário do que aqui se diz. Somos a favor da Lei, como aliás já explicámos na nossa anterior declaração de voto, na anterior Assembleia Municipal, achamos que a Lei é positiva e, portanto, essa a razão porque votamos contra"*.-----

----- Para outra declaração de voto oral, tomou a palavra o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP): *"O CDS absteve-se porque a Lei na Assembleia da República foi alterada, relativamente à Lei que o PS apresentou, portanto o CDS colaborou com o PS na Assembleia da República sobre esta Lei e a Lei sofreu alterações significativas. Por esta razão, eu, aqui, abstive-me"*.-----

----- Não tendo havido mais declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação da moção contra o encerramento da Estação Vitivinícola da Bairrada, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, uma abstenção e seis votos contra, dando, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para fazer uma declaração de voto oral, a qual se passa a transcrever: *"Nós, como aqui já o afirmámos, somos contra uma hipótese de encerramento da Estação Vitivinícola da Bairrada, já o dissemos claramente. Aliás, recordo, que tudo isto é suscitado por uma declaração do Ministro da Agricultura, durante a qual não se falou em encerramento nenhum, tanto quanto eu saiba, portanto, é uma mera hipótese que nem sequer foi afluída pelo próprio Ministro quando cá esteve. Mas somos contra a moção, sobretudo, porque ela faz determinadas interpretações negativas e de carácter estritamente partidário, a respeito da política do Governo. Sobretudo, é isso que nos leva a votar contra a moção, sendo nós, também, contra essa hipótese de encerramento da Estação Vitivinícola da Bairrada"*.-----

----- Concluída a declaração de voto oral do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- Seguidamente, entrou-se no período da ordem do dia, nomeadamente no seu ponto um *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"*, tendo, de seguida, dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu que a exemplo do que tem sido feito, a entrega atempada do documento em



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apreciação permitiu a análise da actividade da Câmara Municipal, pelo que dispensou qualquer tipo de apresentação do mesmo, dado que seria muito moroso e nada adiantaria ao documento.-----

----- Feita a introdução por parte do Senhor Presidente da Câmara e, não havendo lugar a intervenções sobre a matéria em questão, o Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por encerrado, passando a apresentar o segundo ponto da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano 2007, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*", alertando o plenário para a grelha especial de intervenções, consagrada no RAMA, passando de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema, que começou por referir que pensa ser evidente que existam pontos de discordância na apreciação do documento, no entanto, tendo em conta os tempos de crise, que disse serem reconhecidos pela Câmara mas, também, impostos pelo próprio Governo, afirmou que a Autarquia não poderia ir muito além dos números apresentados. Constatou existir uma redução significativa no documento, em termos financeiros, acrescentando que a mesma tem por base duas situações: por um lado, o facto das transferências do Estado se manterem inalteráveis, quanto à Câmara de Anadia e, por outro lado, motivada pela indisponibilidade dos fundos comunitários, o que leva a que o Município não possa analisar em pormenor o que seria sua intenção realizar de imediato, dado que a melhor programação para utilização dos dinheiros europeus terá de ser aquela que é feita à distância. Explicou, também, que essa prática não é permitida ao Município e que, portanto, a Câmara se limitou, no documento, a elencar as receitas e despesas que tinha disponíveis para a sua elaboração. Por fim, referiu tratar-se de um documento que, pelo motivo exposto, não irá sofrer grandes alterações, o que se pode verificar na acta da Câmara anexa ao mesmo, da qual consta que o PS votou contra, colocando apenas em causa as percentagens. Acrescentou, no entanto, que as percentagens foram conseguidas através da interpretação de documentos diferentes, explicando não serem esses os números da Câmara, pelo que propõe, nesse sentido, o documento a votação.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) para usar da palavra. Na sequência dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara e, fazendo uma primeira análise em termos de receitas e despesas, o Senhor Deputado constatou o facto do orçamento, desde dois mil e cinco, ter vindo a diminuir, e este ano de uma forma mais significativa. Da análise particular das receitas, constatou, também, o facto das receitas correntes terem vindo a aumentar, ao contrário das receitas de capital. Ainda em relação às receitas correntes e, comparando com os dados do ano anterior, referiu constatar uma dependência cada vez maior do Poder Central, o que significa que, possivelmente, o concelho tem alguma dificuldade em gerar receitas correntes, pelo que, terá de se socorrer muito do Poder Central, acrescentando que em termos de receitas de capital se verifica a mesma tendência, ou seja, uma forte dependência das transferências do Poder Central. Quanto à



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

análise das despesas, referiu verificar-se uma tendência de diminuição no investimento, relativamente às despesas correntes, sendo que, este ano, 45% do valor das despesas corresponde a despesas correntes, e 55% a despesas de capital, o que, na perspectiva do Senhor Deputado, representa um valor que tem vindo tendencialmente a diminuir, o que significa que vai diminuindo a capacidade de desenvolvimento do concelho. Para concluir, o Senhor Deputado passou, então, a apresentar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, para as quais quis obter esclarecimentos: relativamente às receitas correntes, constatou existir uma diminuição significativa em termos de impostos directos, que passou para metade; quanto à venda de bens de investimento, referiu que, este ano, a verba de receitas de capital, consignada no documento, se situa em cerca de metade do previsto no ano anterior, explicando que esta questão surge em sequência das palavras do Senhor Presidente à comunicação social de que a execução orçamental seria de cerca de 13%, pelo que gostaria de saber qual a evolução que esta rubrica sofreu; em termos de análise de despesa, na rubrica do órgão câmara, destacou o facto de as despesas correntes da Câmara terem sofrido um aumento de 838 mil euros, comparativamente ao ano passado, pelo que pretendia saber qual o motivo dessa diferença; em termos de investimento na câmara e, tendo em consideração que o edifício da câmara foi concluído e inaugurado, pede esclarecimento sobre duas rubricas que surgem, sendo que uma é referente a um investimento em edifícios, no valor de 290 mil euros, que nas GOP é de 190 mil euros, pretendendo saber qual a finalidade desse investimento e a origem da diferença para as GOP, e a outra é relativa a construções diversas, mais especificamente ninho de empresas.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que começou por referir que o documento em questão é denso e, em muitos aspectos, discutível, pelo que elegeu a rubrica turismo para a sua intervenção. Considerando o turismo como um agente de desenvolvimento inquestionável, a opinião do Senhor Deputado é de que a Câmara não está a olhar o turismo com a necessária acuidade. Passando a um comentário mais detalhado da rubrica, constatou o facto da mesma estar dotada com cerca de 220 mil euros, distribuídos por onze acções, o que corresponde a uma quantia média de 20 mil euros por acção, e que indicia, na opinião do Senhor Deputado, não haver um objectivo focalizado em termos de turismo. Exemplificando, constatou que o parque de turismo da Curia vem sendo contemplado com sucessivas dotações orçamentais e continua o mesmo moribundo de sempre, pelo que pensa que é necessário decidir se o mesmo tem ou não interesse para o Concelho, se é ou não um elemento turístico de importância, porque como está não serve para nada, a não ser, provavelmente, para ridicularizar a Câmara. Outro aspecto que salienta é uma atribuição de 35 mil euros para a Junta de Turismo da Curia, ao que perguntou para que servem, acrescentando que pensa que tal montante não deve ser para desenvolvimento e promoção turística porque a verba é exígua. Considera haver outros aspectos de promoção turística que não vê serem implantados, nomeadamente a promoção a nível de sinalização horizontal, como já referiu na Assembleia Municipal, das potencialidades que o Concelho tem a nível museológico, por



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplo, acrescentando haver muita gente que não sabe onde fica o Museu do Vinho se não vier orientada. Entretanto, referiu a iniciativa da renovação da Rota da Bairrada como um aspecto positivo, como sendo um objectivo, acrescentando, no entanto, ser necessário dotá-lo de meios e não ficar aí, citando o que o Senhor Presidente da Câmara falou a um jornal sobre a Bairrada. Constatou que concorda com as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a Bairrada, sugerindo ao mesmo que fossem exploradas as potencialidades que referiu e que defina dois ou três pólos turísticos, mas que sejam devidamente tratados e que produzam efeitos, porque considera haver inconsistência no tratamento do turismo no Concelho. Sugeriu, ainda, a criação de um Vereador para o Turismo, acumulando com outras funções com o objectivo de dedicar uma grande parte do seu tempo ao desenvolvimento turístico da região, no sentido de aproveitar as potencialidades reconhecidas pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às mesmas. Em resposta ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), começou por referir que, actualmente, as câmaras municipais perderam muita da sua independência fruto do Governo do PS, acrescentando ter-lhes sido, no entanto, aumentado o volume de trabalho, pelo que considera que o Senhor Deputado deveria analisar os números baseado nessa nova realidade. Quanto ao aumento das receitas correntes a que se referiu, informou tratar-se, efectivamente, de um aumento real, adiantando que as mesmas irão sofrer um aumento ainda maior, porquanto o Poder Central não acautela o que é sua responsabilidade, dando o exemplo de algumas situações para as quais o município é convidado a resolver, por parte do Governo, numa clara demonstração de falta de consideração pelas pessoas, nomeadamente, os funcionários que vão passar ao quadro de excedentários nunca mais voltarão ao Estado e o seu destino será as Câmaras Municipais, o que revela que para o Governo os funcionários nunca são um investimento. No seguimento e, adiantando a resposta ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), relativamente à questão do Turismo, informou que as verbas de que a Câmara dispõe são aquelas que o Governo libertou. Continuando, destacou o facto dos Deputados realçarem o aumento das receitas correntes e, em contrapartida, proporem serviços que contribuirão para o aumento da despesa corrente. Referiu-se, também, ao facto da Câmara Municipal estar a fazer "o favor" ao Estado de gerir um quadro de cinquenta e quatro professores, no âmbito do programa de enriquecimento curricular, não vendo qualquer participação da Tutela na melhoria das condições das escolas, porque, segundo sabe, só existem duas vertentes de ensino, o público e o privado, sendo que a Câmara não tem interferência, quando muito, terá nas instalações. Acrescentou, no entanto, que até essas estão a encerrar, pelo que o investimento não é necessário, o que se torna necessário é que a Câmara encontre receitas correntes para pagar a toda essa gente. Nesse sentido, demonstra com agrado, que a Câmara tem saúde financeira, dado que as receitas correntes ainda não ultrapassam as receitas de investimento. Relativamente ao facto do Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) dizer que as receitas têm vindo a diminuir, o Senhor Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afirmou que virão a diminuir ainda mais, porque este ano a Câmara, excepcionalmente, ainda recebeu o mesmo do ano anterior, mas no próximo ano, de acordo com a Lei das Finanças Locais, receberá muito menos. Ainda assim, informou o Senhor Deputado de que a Câmara de Anadia não irá parar porque continua a ter desafogo financeiro. O Senhor Presidente da Câmara considera que deve haver seriedade política na análise do documento, questionando os membros do PS sobre as alternativas que propõem com o dinheiro que o Município tem disponível, acrescentando que essas não existem, a julgar pela leitura das actas, porque como está tudo tão apertado há que fazer algumas limitações, quer no investimento global das obras que se preconizam, quer em acções que a Câmara pretende desenvolver e que fica a aguardar que, durante o ano em curso, sejam dotadas de financiamento adequado para, legitimamente, as poder inscrever no orçamento. Por isso, explicou, que hoje os orçamentos beneficiam de duas situações interessantes: a possibilidade de fazer as alterações orçamentais necessárias para o seu bom desenvolvimento e, também, as revisões orçamentais, que não são limitadas em número. Falando dos 8%, que o Senhor Deputado diz não serem nada, principalmente quando se trata de qualquer acção que a Câmara tenha de desenvolver em nome do Governo Central, esclareceu que a Câmara vai muito longe, na acção social, nas escolas, ainda que os tecnocratas não considerem investimento, porque não vale de nada gastar dinheiro com as pessoas, a ensinar os alunos, porque não se trata de investimento. Informou, também, que a Câmara variou um pouco na sua forma de actuar porque, considerando o contrário daquilo que faz o Estado, uma vez que o Estado descentraliza o que não é capaz de fazer, a Câmara descentralizou para as Juntas de Freguesia, por estarem mais próximo das pessoas e por a gestão ter mais eficácia, subsídios que constam deste orçamento e que, ao passar para as Juntas de Freguesia, se transformam, rapidamente, em despesas de capital. Quanto ao investimento de 290 mil euros em edifícios na câmara, esclareceu ser para mais uma obra na Autarquia, porque a intenção é centralizar todos os serviços na Câmara com o objectivo de dar uma resposta mais próxima aos munícipes, acrescentando que o projecto, na devida altura, será apresentado ao executivo. Relativamente à construção do ninho de associações, explicou ser um espaço que a Câmara conseguiu, com a candidatura do mercado, que permite dar resposta às solicitações de algumas associações sedeadas no concelho.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), nomeadamente quanto à questão do turismo, disse não haver uma lei do turismo, pelo que o concelho tem, apenas, uma Junta de Turismo e, como tal, a Câmara só movimenta os 35 mil euros, que se destinam a pessoal e, naturalmente, a promoção turística, reconhecendo ser uma verba um pouco exígua para a promoção. Referiu, no entanto, estar, apenas, relativamente preocupado com a situação, porquanto, após várias reuniões no Ministério da Economia, que é quem tutela o Turismo, lhe foi transmitido que a situação vai sendo ajustada, sendo que, brevemente, sairá uma lei que poderá passar pelo encerramento das Juntas de Turismo, de algumas Regiões de Turismo e pela criação de duas grandes Regiões de Turismo. Quanto ao Parque de Campismo da Curia, referiu que, considerando, novamente, a existência dos fundos comunitários e, fazendo as necessárias



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contas, considerando as despesas normais, com pessoal, manutenção e outras, verifica-se que para a Câmara lhe resta muito pouco para gastar em obras. No entanto, acrescentou ser necessário ter a situação preparada, em documento, que é previsional, para que a Câmara não perca os fundos, quando aparecerem, para aquela obra, podendo daí decorrer, uma alteração ou uma revisão orçamental. Referiu, ainda, ser nesse sentido que o documento está elaborado, para que a Câmara não perca toda a verba que estiver ao seu alcance. Relativamente à sinalização, informou que do orçamento consta uma verba para esse fim, pelo que a mesma será colocada. Para terminar e, referindo-se à sugestão do Senhor Deputado para a nomeação de um Vereador para a área do Turismo, informou que a gestão dessa matéria é da sua responsabilidade.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), para referir que o Senhor Presidente da Câmara não prestou esclarecimentos relativamente à rubrica de bens de investimento, nomeadamente sobre a razão de ser da sua diminuição.-----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para constatar que da análise que o seu Grupo Municipal fez da proposta de orçamento, verificaram existir uma redução do investimento, passando a viver muito mais à base de receitas e despesas correntes, acrescentando que já pelo segundo ano consecutivo reduz muito a importância das receitas e das despesas de capital. Considera lamentável esta redução do investimento, parecendo-lhe haver uma estratégia em abdicar do desenvolvimento futuro do Concelho, não havendo uma preparação do mesmo, referindo que não basta a construção da Pista de Ciclismo de Sangalhos. Relativamente a esta obra, que considera uma boa ideia, congratulou-se com a ajuda proposta pelo Governo para o desenvolvimento desta iniciativa, que o Grupo Municipal do PS apoia, desde que bem executada e, depois, bem aproveitada. O Senhor Deputado considerou, no entanto, haver outros problemas graves por resolver, como sendo o saneamento, destacando uma intervenção da Senhora Vereadora Teresa Cardoso, na acta da Reunião de Câmara, pelo que se revela muito desiludido quando verifica existir uma quebra na dotação orçamental para a rubrica do saneamento de cerca de 20% relativamente ao orçamento anterior, o que, em sua opinião, quer dizer que afinal não se aproveitou mais dinheiro que poderia sobrar depois da conclusão de algumas obras e o saneamento ainda foi mais relegado para baixo nas prioridades da Câmara, o que lamentam. Referiu, ainda, não ser esse o único problema porque, analisando a taxa de execução na rubrica saneamento, prevista até ao final de 2007, relativamente ao que estava orçamentado, a mesma, lamentavelmente, é de "trinta e tal por cento", o que significa que, não só há uma baixa prioridade, como há uma falta de empenho em concretizar o que o ano passado já tinha sido previsto e orçamentado. Portanto, disse lamentarem esta falta de prioridade para este problema concreto e, também, a falta de prioridade relativamente a outros problemas, como o Turismo. Disse lamentarem esses erros de prioridade, acrescentando a quebra orçamental para parques industriais e para a capacidade que o Concelho terá para atrair mais empresas e mais emprego. Falou, ainda, da taxa de execução prevista para o final deste



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano, relativamente ao orçamento do ano passado, referindo que, na rede viária, a taxa de execução é de 7%, e que na rubrica meio ambiente, que incluiu, nomeadamente, arruamentos urbanísticos, a taxa de execução é de 4%, considerando ser ridículo e retirar credibilidade ao exercício de aprovação de um orçamento, acrescentando que o problema das taxas de execução é um problema que se repete, não por falta de dinheiro, como é dito pelo Senhor Presidente, até porque verificamos existir um empréstimo por utilizar de dois milhões e meio de euros, mas por prioridades erradas e por verem que a Câmara “está a patinar na execução de determinadas obras”. Em conclusão, referiu ser um concelho mal estruturado, com problemas de infra-estruturas, nomeadamente os que apontou do saneamento, um concelho pouco competitivo em relação aos vizinhos, um concelho que não está a ser capaz de atrair empresas e que não dá condições aos cidadãos para se fixarem e poderem construir as suas casas devidamente legalizadas. Referiu, ainda, assistirem a uma gestão que investe cada vez menos, que está a demitir-se do futuro desenvolvimento do concelho, que “patina na execução das obras”, que adia, sucessivamente, as datas de conclusão de determinadas obras, portanto, que dá toda a ideia de não ter rumo nem estratégia, pelo que afirmou que não iriam aprovar este orçamento por todas essas razões que apresentou.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), que passou a falar de números e, especificamente, de saneamento, referindo que a variação positiva entre 2006 e 2007 é de 70,2%, acrescentando que a única rubrica que parece descer é a relativa à protecção do meio ambiente e da natureza, que desce de 350 mil euros para 268 mil euros, o que traduz a tal quebra de 20% referenciada pelo Grupo Municipal do PS. Falando de comparações com os concelhos limítrofes, destacou o caso de Oliveira do Bairro, que está repleto de zonas industriais e as consequências ambientais que o concelho poderá vir a ter no futuro. Para terminar e, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que, daquilo que lhe é possível ler, felicita os serviços porque, na realidade, o orçamento tem duas coisas que considera fundamentais: é realista quanto ao facto de baixar os índices quando são impostas restrições e é realista porque lhe parece extremamente equilibrado na divisão das quatro grandes linhas de investimento do Município.-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por destacar algumas rubricas e os valores destinados às mesmas, nomeadamente os 910 mil euros para Educação, que considera pouco, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se este valor já prevê as dificuldades que o Governo impõe na Carta Educativa; os 2.107 mil euros para saneamento, considerando que a Câmara poderia ir mais além nesta rubrica, tendo em conta a cobrança das taxas de ligação à rede pública; os 500 mil euros da rubrica freguesias, valor que também considera ser relativamente pouco, alertando, novamente, o Senhor Presidente da Câmara para o facto de não constatar o mapa das verbas destinadas a cada Freguesia; e, por último, o milhão de euros previstos a menos em impostos directos, de acordo com o resumo das receitas e despesas de capital. Relativamente a esta última questão, constatou o facto de estar previsto a câmara contrair um empréstimo, no valor de 2.500 mil euros, do que se pode prever,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo em atenção as receitas e as despesas, um défice a menos, de 400 mil euros. No seguimento, e para concluir, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o empréstimo seria para poder ter margem de manobra durante a execução do orçamento, ou se os 2.500 mil euros seriam para iniciar o Velódromo de Sangalhos, uma vez que o montante para a construção da pista, de 1.106 mil euros, é relativamente pouca.-----

----- No seguimento das intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às mesmas. Respondendo, ainda, ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), confirmou que os impostos directos sofreram uma quebra, acrescentando que cada vez serão menos, porque a legislação tem vindo a contrariar diversas situações, o que leva a que as Câmaras recebam cada vez menos, situação que será ainda mais agravada quando a Lei das Finanças Locais for posta em prática. Referiu, também, que o Governo vive mais de impostos directos do que a própria Câmara e que tem vindo, de forma galopante, a cativar receitas que vêm para o Município, como o IMV, o IMI, verbas essas que se pudessem ser distribuídas pelas Juntas de Freguesia, as mesmas resolveriam muitas das carências existentes localmente. Relativamente à questão da diferença de valores (290 mil euros e 190 mil euros), referiu tratar-se de um valor global ou, então, existe alguma disparidade sobre o que o POCAL, para o mesmo, indica. Passando a responder ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), referiu concordar com a afirmação da Senhora Vereadora Teresa Cardoso, porque, efectivamente, a Câmara ainda está aquém das obras de saneamento no Concelho de Anadia, acrescentando ter candidatado várias obras aos Fundos Comunitários, grande parte das quais foram comparticipadas em apenas 40%, mas a Câmara, mesmo assim, realizou-as. Continuando, disse que o Governo impõe à Câmara contenção nas despesas, porque as obras que o Senhor Deputado referiu não vão ser inauguradas, não por ser estratégia do Presidente de Câmara, mas pelas leis orçamentais que não permitem a contratação de pessoal, com excepção dos cinquenta e quatro professores contratados, em regime excepcional, para a concretização do programa de enriquecimento curricular que a Câmara está a fazer pelo Governo. Comentando as palavras do Senhor Deputado sobre o saneamento, de que a Câmara não tem boa execução, informou que o Município esgotou as verbas dos fundos comunitários, estando, actualmente, a trabalhar em "overbooking", o que quer dizer que teve uma boa execução que lhe permite estar a trabalhar nesse regime, provavelmente a gastar o dinheiro de outros que foram menos eficazes. Relativamente à questão do desenvolvimento industrial, referiu que a Câmara de Anadia, no PDM que se encontra em vigor, reservou vários hectares de área para desenvolvimento industrial, os quais são pertença de privados, acrescentando ser dramático o que está a acontecer à Câmara de Anadia, que quer desenvolver as suas próprias zonas industriais e lhe são criados inúmeros problemas. Respondendo ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), agradeceu as suas palavras e referiu que a Câmara não aprofundou tanto o rigor das percentagens mas mais o rigor das necessidades. Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), referiu concordar com o facto da verba destinada à Educação ser pequena, mas, acrescentou, não poder inscrever no orçamento verbas que não tenham o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mínimo de razão para acreditar que elas apareçam, sob pena da execução, depois, ser bastante inferior às previsões. Explicou, também, tratar-se de números meramente indicativos, dado que não é fácil, depois, abrir uma rubrica que já está em funcionamento, tanto para a educação como para o saneamento. Informou, também, o Senhor Deputado que o facto de existirem mais ligações à rede pública, implica a existência de mais despesas, nomeadamente com a manutenção, o que, por outro lado, leva a outro problema, a falta de pessoal que vai originar uma entrega à SIMRIA ou às Águas de Portugal, afirmando estar tudo preparado para isso. Relativamente ao empréstimo, informou que o mesmo foi aprovado e realizado, sendo que o dinheiro existe e está nos cofres da Câmara Municipal. Quanto à questão das percentagens, referiu que o desenrolar do próprio orçamento, com a entrada de eventuais receitas ao longo do ano, irá melhorar a execução das obras no Município.-----

----- Para um pedido de esclarecimento, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), que referiu não ter obtido resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara relativamente à diferença de valores na venda de bens de investimento, que passou de 2.500 mil para 1.200 mil euros, uma vez que a taxa de execução é de apenas 13%.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que começou por falar da preservação do meio ambiente, rubrica para a qual a Câmara Municipal prevê a continuação da execução das redes de saneamento nos lugares de Poutena, Chipar de Cima e Vilarinho do Bairro, questionando se a Curia terá sido, mais uma vez esquecida. Relativamente ao desenvolvimento económico, perguntou se existe alguma zona industrial em Tamengos, ou se está ou estará prevista a sua criação. Para terminar, referiu que gostaria de fazer sentir que 40% das terras agrícolas ligadas à vitivinicultura estão todas abandonadas, não só por não haver caminhos de acesso, pelo que, como no orçamento está prevista a sua construção, gostaria de saber se para Tamengos está prevista a construção de algum caminho de acesso às terras abandonadas.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo (PSD), que constatou haver uma redução da receita e do investimento, acrescentando que o documento deve ser analisado numa conjuntura, em termos nacionais, difícil e que se reflecte obviamente, em todos os Municípios do país. Para além deste facto, adiantou que a Autarquia também tem a falta do QREN, o que representa uma redução de cerca de 5 milhões de euros para o Município de Anadia que, a existir, colmataria algumas lacunas que o orçamento em análise não pode resolver porque sem dinheiro não se consegue fazer obras nem investimento. Constatou ainda, que o investimento da Câmara aumentou em termos de despesas correntes, pelo que, à luz desta análise, considera ser necessário referir as despesas decorrentes do programa de enriquecimento curricular, o qual, para além das despesas com a contratação de professores, acarreta outras despesas, como sendo com pessoal auxiliar, entre outras necessárias para providenciar o devido apoio ao programa. Continuando, falou da grande bandeira do Governo PS, o combate a incêndios que passou a ser responsabilidade municipal, o que, obviamente, acarreta mais despesa corrente, quer seja com pessoal, quer com o funcionamento do próprio



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gabinete. Depois de analisados todos os números, de uma forma geral, constata estar perante "um milagre", porquanto, considerando um orçamento com tanta redução, num quadro tão difícil a nível nacional, consegue manter um equilíbrio, consegue fazer um gestão cuidada, consegue distribuir, quase equitativamente, as verbas de que o Município dispõe e consegue fazer uma aposta no desenvolvimento, aposta essa que pensa ser nas pessoas e na valorização das pessoas como entidades que poderão produzir uma mais valia para o desenvolvimento do concelho. Relativamente ao desenvolvimento industrial, condicionado pelo PDM, reconhece que todos gostariam de ver mais indústrias implantadas no Concelho e acrescenta haver uma verba dotada para aquisição de terrenos para a futura Zona Industrial de Vilarinho do Bairro. Quanto à questão da Educação reconheceu, também, ser intenção geral haver uma maior dotação para essa rubrica, ainda que tenha sido a que menor redução sofreu e, relativamente à rubrica do saneamento, constatou haver uma redução, talvez também a aguardar algum quadro comunitário que possa vir a dotar essa rubrica. No entanto, referiu congratular-se com o aumento da verba para o abastecimento de água e recolha de resíduos sólidos. Para concluir, referiu que o Grupo Municipal do PSD se congratula com o orçamento, pela forma como está equilibrado, pela forma como pretende continuar o desenvolvimento do concelho e pela forma como tenta, de uma maneira mais ou menos equilibrada, gerir a falta de recursos imposta por uma lei que cada vez mais irá agravar a descapitalização dos Municípios.-----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que relativamente ao comentário que o Senhor Deputado Luís Santos (PSD) fez das contas, referiu manter as suas próprias contas, acrescentando ter falado de saneamento quando este falou de Água e Resíduos Sólidos. Ainda quanto ao Saneamento, disse estranhar que para os próximos anos nada esteja previsto, como se tudo estivesse resolvido, o que não corresponde à verdade, porque nas Grandes Opções do Plano nada consta na rubrica Saneamento, aproveitando para pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre essa questão.-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por reforçar a questão se os 1.106 mil euros seriam para iniciar a obra de construção do Velódromo de Sangalhos. No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo (PSD) referiu concordar com o facto do orçamento estar bem executado, tendo em conta todas as dificuldades impostas pela nova Lei das Autarquias, em que o Município perde algumas receitas, daí a razão da taxa de 1% de impostos em receitas.-----

----- No seguimento das intervenções dos Senhores Deputados foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos mesmos. Começou por referir que o orçamento é o possível, podendo apenas, variar nas opções, esclarecendo que do mesmo consta uma verba enorme com pessoal, a qual ainda não conseguiu, de acordo com os métodos orçamentais impostos, transformar em despesa de investimento. O Senhor Presidente da Câmara garantiu que Anadia não irá parar, dando exemplos dos locais em que o saneamento já se encontra executado e dos locais em que será executado a curto prazo, exemplos esses de despesas que não aparecem no orçamento por se tratar de obras executadas por três equipas de pessoal da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Autarquia, as quais, a serem transformadas em empreitada, representariam números fabulosos. Pelo exposto o Senhor Presidente da Câmara considerou que houve boa utilização do dinheiro e das pessoas, estando a câmara a responder, dentro das suas limitações, aos desafios que lhe vão sendo colocados no dia-a-dia. Relativamente à venda de bens de investimento, esclareceu não ter existido investimento por a Câmara não ter conseguido vender a Zona Industrial adquirida para o efeito e, também, os terrenos junto ao Centro de Saúde que, por questões burocráticas, não puderam ser vendidos. Respondendo ao Senhor Deputado João Morais (CDU), esclareceu ter contrato com o Governo para a construção do Velódromo de Sangalhos, acrescentando que o Governo tem sabido cumprir com o prometido, pelo que, como está demonstrado o interesse do Governo naquele equipamento, o que resta à Câmara é tentar gastar o mínimo possível. Esclareceu, também, que o próprio Governo deverá beneficiar de fundos comunitários para a construção do Velódromo, pelo que se a Câmara puder evitar gastar aquele dinheiro, tanto melhor. Para concluir, referiu que a obra é uma realidade e irá ser posta a concurso em Janeiro de 2007, acrescentando que considera o local escolhido para a mesma o mais adequado e que se irá tratar de uma obra da qual pensa que todos se irão orgulhar.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que começou por constatar tratar-se do orçamento possível, elaborado segundo as opções da governação do PSD e não do PS. Referiu, também, que como o PS notou, as despesas correntes são de 45% e as despesas de capital são de 55%, pelo que, aproveitando as palavras do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) de que "andariam todos a patinar", pediu ao Senhor Presidente da Câmara para não fazer qualquer investimento de capital "numa pista de patinagem porque seria muito pior para o PS". Falando de números, o Senhor Deputado considerou, que as Grandes Opções da Câmara para 2007 são na cultura, onde vai gastar cerca de 18%, em saneamento cerca de 17%, em rede viária cerca de 15%, no desporto cerca de 9% e na educação 8%. Na opinião do Senhor Deputado, estes cinco vectores são essenciais e foram bem escolhidos, pelo que o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente o orçamento.-----

---- Para encerrar o período de intervenções deste ponto, foi novamente dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que respondendo ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), quando disse nada estar previsto para saneamento nos próximos anos, reforçou o que tinha falado anteriormente sobre o mesmo tema e esclareceu estar apontada no orçamento a possibilidade de inserir candidaturas que venham a surgir através do QREN, explicando ser, por esse motivo, que muitas vezes aparece como uma verba residual para a Câmara se poder socorrer dela quando necessário e evitar todos os problemas burocráticos, como sendo, reunir a Assembleia Municipal de emergência, para aprovar tais medidas. Esclareceu, ainda, ter os projectos elaborados, porque são elaborados na Câmara Municipal, pelos técnicos da Autarquia, que também constituem despesas que não são apresentadas no orçamento, mas que representam muito dinheiro, dando o exemplo do projecto do Velódromo de Sangalhos. Em conclusão, referiu estar previsto o saneamento mas que, em termos de realização, a certeza



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não é evidente porque depende da resposta que o quadro comunitário vier a dar, acrescentando estar esperançado com as palavras do próprio Ministro de que a aposta em ambiente do próximo quadro comunitário seria em saneamento, nomeadamente nos agregados populacionais que ainda não têm.-----

----- Concluídas as intervenções do segundo ponto da ordem do dia, o mesmo foi votado, tendo o documento sido aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o ponto dois, passando, de imediato, a apresentar o ponto três da Ordem do Dia: "*Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano 2007, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o supracitado ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que o documento em apreço, é realista e que se trata de um documento que reflecte os números de uma forma prática, que se traduzirão numa quase realidade, e que está ligeiramente melhorado.-----

----- Aberto o período de intervenções para o terceiro ponto da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) que começou por referir que o documento está correctamente elaborado e vem na linha dos anteriores, pelo que não tem grandes objecções a fazer, apenas propor uma pequena rectificação, por um lapso verificado na página quatro, relativamente à soma das duas parcelas do valor previsional do orçamento. Quanto ao restante, referiu, apenas, o facto da dotação da Câmara não ter evoluído, comparativamente ao ano anterior, e destacou o investimento em contentores, que passou de 400 mil para 500 mil euros, o que considera importante. Assinalou, também, estar correcta a cobertura da despesa corrente por parte da despesa de capital. Por fim, pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre a sua afirmação na reunião de Câmara relativamente à privatização dos Serviços Municipalizados, adiantando, para concluir, que o PS iria dar o benefício da dúvida ao documento, abstendo-se na votação do mesmo.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que começou por referir que o orçamento vem na sequência do da Câmara porque os SMAS são uma ramo da Câmara, sendo o seu conselho executivo composto por membros da Autarquia. O Senhor Deputado referiu, também, tratar-se de um orçamento bem elaborado, na opinião do Grupo Municipal do PSD realista, pelo que o voto da bancada seria favorável.-----

----- De imediato foi concedida a palavra o Senhor Presidente da Câmara que começou por agradecer ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) pela chamada de atenção para o lapso nas parcelas. Passou, então, a esclarecer que a questão da privatização dos SMAS não se limita à Câmara de Anadia, é mais abrangente, porquanto se trata de um sector das Câmaras que, tendencialmente, tem vindo a ser privatizado ou integrado na própria estrutura da Câmara Municipal. Continuando, explicou que, tendo em conta a especificidade do serviço, é do interesse da Autarquia mantê-lo, porque existe todo um conjunto de antecedentes,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente o conhecimento das redes de águas e saneamento, cuja funcionalidade pode ser melhor acautelada com a existência desses serviços. Explicou, ainda, que como se trata de uma instituição auto-suficiente, não tem havido vontade, por parte da Câmara, em responder às solicitações de empresas, até estrangeiras, para colaborar neste serviço, afirmando que a intenção da Câmara, para os tempos mais próximos, é de não privatizar.-----

----- Após as explicações do Senhor Presidente da Câmara, interveio o Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por se dirigir ao Senhor Presidente da Câmara, perguntando se a verba de 15 mil euros, na despesa para sinalização e trânsito, contempla a indicação aos automobilistas de Zona Industrial do Paraimo, porque muitos não sabem como lá chegar por falta de informação. Alertou, também, para o facto das passadeiras existentes em alguns locais do concelho não serem precedidas de um sinal de indicação das mesmas e do facto das passadeiras e da marcação da Estrada n.º 235, em Sangalhos, estarem ilegíveis, o que poderá originar algum acidente. Para terminar, questionou, ainda, se a verba de 200 mil euros para formação contempla ou não formação em segurança nas obras executadas pelos SMAS, uma vez que as mesmas correm elevados riscos de acidente.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que começou por esclarecer que a sinalização a que o Senhor Deputado se referiu é apenas para obras, sendo que a restante sinalização foi contemplada no orçamento da Câmara. Falando da questão da formação, explicou tratar-se de números previsíveis para adaptação às novas exigências dos próprios serviços, acrescentando que, por vezes, essas verbas não chegam a ser esgotadas por existirem parcerias entre diversas Câmaras que tornam a acção menos dispendiosa.-----

----- Terminado o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia informou que o documento que seria colocado a votação constaria com a rectificação do lapso referido, ou seja, o terceiro parágrafo, do capítulo 2.1, da página 4 passaria a ser: "*O valor provisional do Orçamento da Receita para 2007 é de 2.013.000,00 €, sendo decomposto em 1.723.050,00€ de Receita Corrente e 289.950,00€ de Receitas de Capital*". Colocado a votação o documento foi aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor e cinco abstenções.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o ponto três da ordem do dia, passando a apresentar o ponto quatro da mesma: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de rectificação da deliberação desta Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro de 2005: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o aumento de capital social da WRC – Web para a Região Centro – ADR, S.A."*", dando, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema, que explicou que, na reunião da Câmara Municipal de 25 de Fevereiro de 2005, o executivo deliberou aumentar o capital social da WRC quando quem deve deliberar sobre esse aumento é a Assembleia Geral da empresa, pelo que a Câmara propõe a rectificação da referida deliberação para que a Assembleia Municipal aprove o aumento da participação social do Município de Anadia no capital social da WRC.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, e não tendo sido solicitado à Mesa o uso da palavra por qualquer Deputado Municipal, o ponto quatro do período da ordem do dia foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com trinta e dois votos a favor.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário de que foi entregue à Mesa um requerimento do Grupo Municipal do PSD, solicitando a aprovação, em minuta, dos pontos 2, 3 e 4 da ordem do dia, tendo o mesmo sido votado e aprovado, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor.-----

----- Encerrado o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu entrada ao período de intervenção do público, nos termos regimentais, tendo, para o efeito, a inscrição do cidadão Joaquim Alfredo Pereira da Mota, portador do BI n.º 10169931, emitido pelo Arquivo de Identificação de Aveiro, em cinco de Março de 2004, residente na Freguesia de Sangalhos, para intervir nos termos do art. 36.º do RAMA. O munícipe começou por falar do SAP de Sangalhos e do Hospital de Anadia e, no seguimento da intervenção da Senhora Deputada Áurea Mendes (PS), na qual a Senhora Deputada referiu que o SAP de Sangalhos não funciona como funcionava anteriormente e como os utentes sempre o tiveram. Relativamente a uma outra intervenção da Senhora Deputada Áurea Mendes (PS), numa sessão ordinária no Museu do Vinho, em que a mesma afirmou que o estudo que estava a ser elaborado sobre o encerramento do SAP de Sangalhos foi baseado em números, de acordo com o Ministério, e que tais números seriam de visitas efectuadas a partir das vinte horas, informou a Senhora Deputada de que muitas pessoas, após o horário normal em que o SAP estava aberto ao público, e só mesmo em casos de urgência, não iam às urgências a Sangalhos mas sim a Anadia. Continuando, explicou que essa atitude se devia ao facto de muitos médicos, que lá faziam urgências, chegarem a demorar vinte minutos para atender um doente que chegava de urgência e que, já nessa altura, as pessoas se manifestavam que no SAP de Sangalhos demoravam muito tempo a atender os doentes, acabando por descrever uma experiência sua passada naquele serviço. Para concluir o assunto, reforçou a ideia de que o Centro de Saúde de Sangalhos não funciona como funcionava antes, contrariamente ao que tinha sido referido, assim como o Hospital de Anadia, se perder as urgências, deixará de funcionar como funciona. Referindo-se ao Grupo Municipal do PS, destacou o facto do mesmo ser contra tudo, contra o encerramento das urgências do Hospital de Anadia, contra o encerramento do SAP de Sangalhos, até contra os ofícios e as moções, estranhando, no entanto, que não apresenta qualquer moção. Disse, também, que apesar do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) já não se encontrar na sala, ir-lhe-ia perguntar, tendo em conta a informação que o PS obtém dos Ministérios, de que não encerrariam os serviços, porque não questiona o Ministério competente sobre o PDM de Anadia. Aproveitando as palavras do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) sobre o acidente ocorrido em que o condutor saiu ileso, perguntou se o mesmo, não havendo urgências em Anadia, seria provavelmente transportado para Coimbra? Para terminar,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apelou à luta em defesa das urgências de Anadia e por tudo o que é bom para os munícipes do concelho de Anadia, independentemente do Governo dizer que os números falam mais alto.-----

----- Antes de dar por encerrada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção efectuada pelo cidadão acima referenciado, e aproveitou o momento, visto ser a última sessão do ano, para se congratular com a grande actividade da Assembleia Municipal e da Câmara no ano que está a terminar, felicitando os Senhores Deputados pela forma correcta e disciplinada como participaram nas sessões, tendo havido uma enorme adaptação às exigências do novo regimento da Assembleia, felicitando-os, também, por se terem incluído na nova dinâmica da Assembleia, e finalizou desejando a todos um Feliz Natal e um Novo Ano com muita paz, muita saúde e muitos sucessos, do ponto de vista pessoal e profissional.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, quando eram catorze horas e dez minutos, da qual, para contar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
